

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC

ORACÉLIA DA SILVA

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA UMA QUALIDADE NO
AMBIENTE ESCOLAR

MAFRA

2016

ORACÉLIA DA SILVA

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA PARA UMA QUALIDADE NO
AMBIENTE ESCOLAR

Plano de Ação em Gestão apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUNDES.
Orientadora: Dra. Maristela Povaluk

MAFRA

2016

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
1.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO.....	3
1.2 DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	5
2.0 OBJETIVO GERAL.....	8
3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	8
3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA.....	14
3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	15
3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	16
3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	17
3.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	17
4 AVALIAÇÃO DO PLANO.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	22

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENSINO PÚBLICO

A proposta de uma gestão democrática e participativa que visa articular todos os segmentos da escola para que ocorra na prática uma melhoria na qualidade do ambiente escolar e da aprendizagem dos alunos. O envolvimento de todos os segmentos da escola e da comunidade em geral, fortalece o papel da instituição pública. Neste sentido, as propostas deste pleito são voltadas ao atendimento das atuais demandas, considerando as especificidades de cada ator envolvido.

Como efetuar um plano de gestão que atenda a escola tendo como base as dimensões seja ela socioeconômica, pedagógica, administrativa, financeira ou física. Os desafios que visam promover, articular e envolver a ação de pessoas nos processos democráticos de participação é semelhante em todos os segmentos da sociedade e escola. Busca-se refletir sobre os desafios, as possibilidades e os limites das experiências da gestão democrática e de participação desenvolvidas na escola e no sistema de ensino. Somente através de parcerias e do trabalho coletivo é possível alcançar as metas estabelecidas para que se tenha um ambiente agradável e democrático. Diante desses questionamentos nos deparamos com muitas variáveis de como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar.

No ambiente escolar existem várias barreiras no convívio democrático como a violência, o antagonismo, o autoritarismo, o preconceito, a intolerância e abordagens pedagógicas inadequadas. Independente do ambiente onde convivam várias pessoas, até mesmo na escola há diversas formas de expressões, onde agem interesses que se opõem que acabam gerando atitudes e comportamentos contraditórios.

A democracia supõe a convivência e o diálogo entre as pessoas que pensam de modo diferente e querem coisas distintas. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo, para a construção de propósitos comuns. Na escola não é diferente. Encontramos também a diversidade e o conflito de interesses. Uma gestão participativa do ensino público busca, pelo

diálogo e pela mobilização das pessoas, a criação de um projeto pedagógico com base em formas colegiadas e princípios de convivência democrática.

A gestão democrática constitui o modo próprio de organização e funcionamento das escolas públicas, envolvendo o exercício da cidadania. Onde todos os envolvidos participam, educam e são educados na construção de um bem comum, permanente, na qual há respeito às diferenças e aos conflitos sociais, observando diretrizes legais e a ética social, compartilhando ações entre todos. Segundo MENDONÇA, 2008, P.12:

“Quando discutimos o tema Gestão Democrática, partimos do princípio que caracteriza o termo democracia, ou seja, a participação igual dos envolvidos em processo de decisão. Isto se aplica na escola quando percebemos que existe uma intrincada rede de relações se estabelecendo no contexto educacional. Esta rede se estabelece desde o momento da relação política, definida pelos papéis exercidos pelos poderes governamentais, sejam eles de diferentes esferas federal, estadual ou municipal, onde seus interesses de alcance a população por muitas vezes geram contradições de praticas.”

Constitui o modo próprio de organização e funcionamento da escola e que esta se faz com a construção da democracia em nosso país. A legislação em vigor nos auxilia para aplicar as normas legais em situações as mais diferenciadas. As experiências educativas envolvem o exercício da cidadania, por isso, a escola deve promover uma educação universal, para capacitar os educandos e promover o desenvolvimento de novas competências, em função dos novos saberes que surgem e que exigem um novo tipo de profissional.

Nessa ótica, os processos de gestão da escola vão além da gestão administrativa. Esses processos procuram estimular a participação de diferentes pessoas e articular aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos para atingir um objetivo específico: promover uma educação de qualidade, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

“que abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, nº9.394/96, art.1º).

A concepção de educação como formação humana contida no texto da LDB é que queremos colocar em prática em nossas escolas. Mas como fazer isso, se nos deparamos com vários entraves, faz-se necessário reunir, para ouvir cada um dos segmentos da escola e ouvir cada um com o intuito de descobrir e de como buscar alternativas e de como fazer da escola um espaço em que todos realmente estejam unidos pelo mesmos objetivos que visam uma educação de qualidade.

Muitas são as concepções sobre gestão e democracia. Certamente a ideia da gestão escolar democrática está vinculada à função social que a escola deve cumprir. A gestão escolar democrática deve ser do tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades local e escolar. E essa gestão é embasada legalmente na Constituição brasileira e foi regulamentada pela LDB.

Ao incentivar a participação de todos na gestão de ensino e das escolas públicas, somos movidos por vários objetivos educacionais que precisam ser definidos com a participação de todos os segmentos da escola. Então a gestão democrática constitui um meio necessário para atingir os objetivos definidos e almejados coletivamente pelos diversos segmentos da escola.

A participação proporciona mudanças significativas na vida das pessoas, na medida em que elas passam a se interessar e se sentir responsáveis por tudo que representa interesse comum. Assumir responsabilidades, escolher e inventar novas formas de relações coletivas faz parte do processo de participação e trazem possibilidades de mudanças que atendam a interesses coletivos.

Gestão democrática implica em compartilhar poder, descentralizando-o. E a melhor maneira de isso acontecer é incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões; desenvolvendo um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local; ajudando a desenvolver competências básicas necessárias a participação como saber ouvir, saber comunicar suas ideias.

1.2 DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Um dos grandes desafios da gestão democrática na escola seria de estar atento às transformações que acontecem na sociedade e nas comunidades escolar

e local. Para isso, procurar apurar a sensibilidade para as novas relações sociais e suas influências ou consequências na educação escolar.

A gestão democrática da educação requer gestor capaz de reconhecer e participar das novas relações sociais em formação. Essa habilidade, por sua vez, desenvolve-se com a participação nas ações coletivas, ações inovadoras capazes de estabelecer relações integradas com o setor privado, entidades governamentais e/ou associações voluntárias. As bases de negociação, no entanto, encontram-se na proposta pedagógica desenvolvida pelas escolas e pelo sistema de ensino.

Participar como cidadãos de novas relações sociais em construção é uma ação inerente à gestão escolar. O desafio consiste em estarmos atentos ao que se passa no interior da escola, com seus problemas e suas dificuldades; e, ao mesmo tempo, em sermos contemporâneos das mudanças em curso na sociedade.

A gestão democrática da escola assegura o direito de todos à educação, fortalece a escola como instituição plural, sem preconceitos, e contribui para a redução das desigualdades sociais, culturais e étnicas.

Como a aplicação dos recursos públicos aplicados na educação devem ser acompanhados e fiscalizados, pois é responsabilidade de todos os cidadãos. Como cidadãos gestores responsáveis, precisamos estar informados sobre quando e como esses recursos estão disponíveis e chegam até a nossa escola. Para a definição das prioridades da escola. Dessa forma, a gestão democrática contribui para que, na escola, crianças, jovens e adultos possam se desenvolver como sujeitos e se aperfeiçoar, isso implica no aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática.

Então como promover a participação? Para responder a esta pergunta requer gestores conscientes das razões que nos conduzem à participação, assim como requer conhecimento da LDB, lei maior da educação no país. Ela define as linhas mestras do ordenamento da educação brasileira. O conhecimento da LDB é fundamental para todos os cidadãos e, particularmente, para as equipes gestoras. Ela contém as diretrizes e as bases que norteiam a educação nacional, trazendo elementos importantes para a construção de uma nova escola, democrática e de qualidade para todos. Educadores de todo país lutaram pela inclusão no texto da LDB do princípio relacionado à gestão democrática, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional,nº9.394/96,art.1º).

A República é, pois, o Estado educador por excelência e é no governo republicano, afirma Montesquieu, que necessitamos de toda a puissance da educação (livro IV). Atualmente a escola tem assumido muitos papéis, mas o principal papel que devemos assumir é a de formação de personalidades democráticas, pois diariamente enfrentamos situações que nos levam a discutir os valores democráticos que são importantes, no entanto, estabelecer certas prioridades porque muitas vezes acabamos no individualismo e temos que destacar o valor da solidariedade. A liberdade e a igualdade estão, como se vê, estreitamente ligadas à tolerância. Mas esta é uma virtude passiva, ou seja, é a aceitação da alteridade e das diferenças, mesmo que seja uma aceitação crítica. Enquanto que a solidariedade é, em si mesma, uma virtude ativa - por isso muito mais difícil de ser cultivada, pois exige uma ação positiva para o enfrentamento das diferenças injustas entre os cidadãos. A educação para esses três valores deve ser diferenciada. Não basta educar para a tolerância e para a liberdade, sem o forte vínculo estabelecido entre igualdade e solidariedade. Esta implicará o despertar dos sentimentos de indignação e revolta contra a injustiça e, como proposta pedagógica, deverá impulsionar a criatividade das iniciativas tendentes a suprimi-la, bem como levar ao aprendizado da tomada de decisões em função de prioridades sociais. A democracia, como meio para a construção da liberdade em sua dimensão histórica, faz parte dessa herança cultural. Exercer a democracia é sentir-se parte desse processo para realizar as atividades com coerência e coesão dentro da escola e exercer o seu papel enquanto cidadão dentro da sociedade.

2.0 OBJETIVO GERAL

Propor medidas concretas para construir a convivência democrática na escola, junto à comunidade, por meio de parcerias articulando estratégias de mobilização de pessoas e setores da sociedade, identificando os desafios, as possibilidades e os limites das experiências de construção de uma gestão democrática e participativa na escola.

3 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

Conforme dados históricos a Escola de Ensino Fundamental “Manoel Ribeiro” código 75. 700.10314-40, está situada no bairro Santo Agostini na rua Alfredo Lopes de Oliveira 640, abrange alunos dos bairros Centro, Rio das Antas, Estrada Nova e Santa Maria. As famílias são de classe baixa e média do município de Monte Castelo. A escola desenvolve suas atividades nos turnos matutino e vespertino, com alunos do ensino fundamental das séries iniciais e séries finais do ensino fundamental totalizando 261 alunos, está jurisdicionada a 25ª GERED – Gerência Regional de Educação – São Bento do Sul, integrada a rede oficial de Ensino. É mantida pelo Governo do Estado de Santa Catarina e administrada pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SED. Sistema Educacional de Ensino, a escola foi inaugurada no dia 04/04/1988 por uma reivindicação da comunidade, pois a localização do único colégio existente na época era distante e as crianças precisavam atravessar a BR-116, o que provocava muitos acidentes. O terreno onde foi construída a escola foi doado pela família Ribeiro.

Para que se tenha êxito no presente plano, os instrumentos de coleta serão utilizados questionários, entrevistas, fichas de observação e roteiros de entrevistas para os moradores da comunidade local da qual a escola está inserida. No município de Monte Castelo, tendo como amostra: 19 professores, 261 alunos, 5 funcionários da unidade escolar e a comunidade.

A pesquisa será bibliográfica e de campo e será efetuada através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos, pesquisa documental, tendo

como base a coleta de dados através do método qualitativo e quantitativo. E a pesquisa documental será feita em cima do PPP, Legislação, Plano Estadual.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O perfil sócio-econômico da comunidade envolve autônomos, professores, pequenos agricultores, apicultores, suinocultores, comerciantes e empresários em que a renda familiar varia de 1 (um) a 7 (sete) salários mínimos. O nível de instrução dos pais é de 60% ensino fundamental, 30% ensino médio completo e 10% com formação superior. A comunidade é formada por famílias descendentes de Poloneses, Alemães, Italianos, Ucrânicos e Caboclos. A religião predominante é a Católica com 83% e 17% de evangélicos. A escola está localizada em área urbana, tem uma clientela extremamente diversificada, onde a maioria mora em casa própria.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A Proposta Curricular de Santa Catarina é o fio condutor das atividades docentes das escolas, e deve estar em constante orientação sobre a necessidade de conhecer e trabalhar dentro da Proposta Curricular é de extrema importância, pois toda a comunidade escolar terá êxito e cabe ao professor reformular seus conceitos constantemente, para que sua prática torne-se cada vez mais atrativa aos alunos, compreendendo assim com maior facilidade os conceitos teóricos e concretizando-os em seu cotidiano.

O conselho de classe é participativo, onde professores, direção, ATP e alunos discutem as dificuldades encontradas durante o bimestre e procuram soluções para sanar os problemas apontados.

O projeto pedagógico é planejado de forma processual e contínua, representando claramente as intenções da instituição, que são permeadas pelos aspectos socioculturais característicos da realidade na qual a escola está inserida.

Nos últimos anos o IDEB da escola vem melhorando gradativamente. Os dados do IDEB no que se refere aos anos iniciais em 2011 é de 5, 6 e nas séries finais é de 4, 2. O índice de aprovação no último ano é de 96% e reprovação é de

4%, sendo considerado baixo devido o trabalho de apoio pedagógico realizado juntamente com a recuperação paralela. A evasão escolar é quase inexistente em nossa escola e a relação idade/série varia entre 1 a 3 casos oriundos de outras unidades escolares.

Dentro da grade curricular os trabalhos a serem desenvolvidos estarão embasados na proposta curricular de Santa Catarina, nos PCNs, para que ocorra uma aprendizagem significativa e de qualidade preparando o aluno para o mundo globalizado e diversificado. A grade curricular vigente é aprovada pelo Conselho Estadual de Educação e passou a vigorar em 1999, adotando-se as organizações curriculares em séries anuais. Sendo atualizada com a Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014,

O PPP, como um documento síntese, um instrumento e um movimento da escola, carrega consigo a potencialidade de se transformar em um fio condutor entre o contexto escolar e a comunidade, realçando o envolvimento da família, de modo que esta seja parte das decisões da escola. Cabe à escola, assim, entender os sujeitos nessa relação indissociável com seu entorno.

A avaliação, assim concebida, constitui-se em prática investigativa, instrumento de decisão sobre as atividades orientadoras de ensino que vêm sendo adotadas, de forma contínua, sistemática, expressa num movimento permanente de reflexão e ação. Vale destacar que, como processo diagnóstico, implica na construção de estratégias de documentação/registo das ações pedagógicas. É importante que se constitua, ainda, num processo constante de diálogo entre os diferentes sujeitos envolvido no processo educativo, a fim de que possibilite o (re) planejamento dessas ações no cotidiano escolar.

Além da avaliação da aprendizagem tradicionalmente desenvolvida para qualificar os processos de ensino e aprendizagem, surgem propostas de avaliação institucional e de avaliação externa em larga escala, como a prova Brasil, Provinha Brasil e ANA.

Da avaliação do ensino fundamental e registro de avaliação: está baseada na resolução nº 183 Estabelece diretrizes para a avaliação do processo ensino-

aprendizagem, nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem considerará, no seu exercício, os seguintes princípios:

I - Aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

II - Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências.

A avaliação do rendimento do aluno será contínua e cumulativa, mediante verificação de aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento de competências em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.

Para compor a avaliação bimestral será realizada o mínimo de três atividades expressa em nota de 0 (zero) a 10 (dez).

A recuperação paralela poderá ser realizada de duas maneiras:

1. Bimestral; em que ao fim de cada bimestre o professor realizará uma atividade avaliativa dos conteúdos dos quais a turma ficou defasada, essa nota quando superior substituirá as notas já conquistadas pelo aluno.

2. Após cada avaliação; o professor aplicará uma atividade diferenciada da anterior como recuperação dos conteúdos estudados prevalecendo a nota maior.

Quando o aluno apresentar justificativa (atestado médico, transporte e outros plausíveis) terá oportunidade de realizar a atividade avaliativa bem como a recuperação paralela.

Quando o aluno não apresentar justificativa (atestado médico, transporte e outros plausíveis) somente terá oportunidade de realizar a recuperação paralela.

A recuperação paralela só será ofertada quando a atividade avaliativa for realizada individualmente e sem uso de consulta. Quando o aluno se recusar a realizar as atividades de recuperação paralela será protocolado registro com a infração e enviado o comunicado aos pais e responsáveis por escrito sendo o

mesmo devolvido no dia seguinte devidamente assinado. A recuperação paralela é obrigatória para alunos que não atingiram média (7,00) na avaliação e facultativa para os alunos que atingiram média.

A preponderância dos resultados obtidos durante o ano letivo sobre os de exames finais, quando houver, se dará pela conversão da média anual dos bimestres ou trimestres, multiplicada por 1,7 em pontos, cujo resultado, somado ao resultado da multiplicação da nota do Exame final, multiplicada por 1,3, igualmente convertida em pontos, conforme fórmula a seguir: $(\text{Média anual dos bimestres ou trimestres} \times 1,7) + (\text{Nota do exame final} \times 1,3) \geq 14$ pontos.

A recuperação de estudos será oferecida sempre que for diagnosticada, no aluno, insuficiência no rendimento durante todo o processo regular de apropriação de conhecimentos e do desenvolvimento de competências. Entende-se por insuficiência, rendimento inferior a 70% ou, na Educação Profissional, se previsto no Projeto Político Pedagógico, competência não desenvolvida. O resultado obtido na avaliação, após estudos de recuperação, em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substituirá o anterior, quando maior, referente aos mesmos objetivos.

A escola como espaço transformador e social e a inserção das questões relacionadas a educação ambiental, história e cultura afro-brasileira, dos povos indígenas brasileiros e dos direitos da criança e do adolescente e diante desses temas faz-se necessário a inserção das Leis nºs 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08 no currículo da Educação Básica entende-se a educação como direito fundamental, que precisa ser garantido sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e gerencial, de gênero e orientação afetivo-sexual e às pessoas com necessidades especiais.

Na semana de planejamento foram definidos alguns projetos pedagógicos que no decorrer do ano letivo serão desenvolvidos pelos professores e alunos e toda a comunidade escolar. Estes projetos irão abordar temas que será de grande relevância para que o educando se torne um agente transformador, crítico e consciente do seu papel frente aos problemas existentes na comunidade da qual a escola esta inserida e na sociedade como um todo. Entre ele podemos citar o Projeto Escola Limpa e Sustentável que será desenvolvido em parceria com o

SENAR a arborização, a conservação, a jardinagem a horta escolar e a manutenção dos mesmos. O Projeto Momento Leitura que irá motivar o hábito da leitura e o uso correto do idioma em todas as áreas com atividades propostas referentes aos conteúdos previamente estabelecidos pelos professores: 1º bimestre: cultura indígena; 2º bimestre o ECA, 3º bimestre cultura afro, 4º bimestre leis de caráter ambiental, cujo objetivo é desenvolver o hábito da leitura, escrita para que o aluno tenha capacidade de interpretar desenvolver a criticidade.

O NEPRE (Núcleo de Prevenção e Educação) propor palestras no âmbito educativo: Saúde, Higiene, Trânsito, Sexualidade, Drogas, Paz e preservação do meio ambiente, diversidade cultural, promovendo a sensibilização dos alunos em torno destes temas agindo de forma positiva com a comunidade escolar.

A participação dos pais na Unidade Escolar, acontece através de assembleias da APP , reuniões com os pais para troca de ideias e sugestões e entrega de boletins , festas das Mães e Pais, Festas Juninas, festivais de prêmios sociais e outros eventos realizados na escola. A Associação de Pais e Professores é bastante atuante e participativa junto a Unidade Escolar, procurando sempre a integração família – escola – comunidade, com vistas à integração e participação no desenvolvimento do Projeto Pedagógico.

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Transformar o educando, em um ser comunicativo e com argumentos dissertativos, capaz de refletir e atuar dentro da sua comunidade tomando decisões corretas e preparando-o para a vida.

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A Escola de Educação Básica Manoel Ribeiro, atende atualmente 261 alunos, da zona urbana de Monte Castelo. A escola atualmente conta com 01 Assistente de Educação, tem 01 ATP, 06 professores efetivos e 11 ACTS, sendo todos habilitados em sua área de atuação, sendo as cargas horárias de trabalho de 10 horas, 20 horas, 30 horas e 40 horas, no serviço gerais a escola tem 02 serventes e 01 merendeira da empresa terceirizada.

A assistente de educação irá organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares.

A assistente técnica – pedagógico auxiliará o desenvolvimento de atividades pedagógicas e à assistência técnica pedagógica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem.

DIMENSÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros da U.E são arrecadados pela APP – Associação de Pais e Professores por meio de promoções realizadas na comunidade e doações. A escola também é mantida com o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, cujo emprego deve ser discutido com toda a comunidade escolar e o Cartão CEPESC.

DIMENSÃO FÍSICA

A escola conta com 07 salas de aula, uma sala de vídeo, um laboratório de informática com 21 computadores, uma sala de professores com banheiro, secretaria, sala de direção, sala pedagógica, 03 sanitários masculinos e 03 femininos, 01 depósito, almoxarifado, cozinha (merenda terceirizada) e refeitório. Temos uma boa estrutura para a prática esportiva e recreativa, contamos com uma quadra coberta.

Tornar o ambiente escolar agradável é um desafio diário para todos os atuantes da área de ensino, e para que isso ocorra de maneira significativa, precisa-se estar organizando os jardins, plantando árvores, fazer a poda constante dos gramados, deixando sempre evidente ao aluno que ele também faz parte do cuidar e do manter, responsabilizando-se e valorizando o patrimônio escolar.

3.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

3.1.1 Meta:

Construção e desenvolvimento da convivência para a superação de barreiras ao convívio democrático.

3.1.1. Ação

Promover durante o ano letivo, de momentos de atividades lúdicas, através de projetos culturais, sociais e pedagógicos para os alunos e a comunidade.

Objetivos específicos:

Identificar maneiras de gerir conflitos e neutralizar antagonismos no ambiente escolar.

Viabilizar oportunidades para que os alunos e comunidade possam expor seus trabalhos (Feira Escolar) para aproximar escola/ comunidade.

3.1.3 Início: Fevereiro 2016.

3.1.4 Fim: Novembro 2019

3.1.5 Público alvo: Professores, alunos e comunidade.

3.1.5 Recurso: Não serão necessário recursos financeiros

3.1.6 Responsáveis pela ação: Equipe Gestora e Pedagógica

3.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

3.2.1. Metas:

Proporcionar apresentações e palestras na unidade escolar sobre: Saúde, Higiene, Trânsito, Sexo, Drogas, Paz, Preservação Ambiental, aptidão as profissões.

3.2.2. Ação:

Elaborar amostras das atividades pedagógicas, Expor os Projetos do NEPRE (Núcleo de Prevenção e Educação) e o PSE (Programa Saúde na Escola) envolvendo assim a unidade Escolar no trabalho em prol da Educação.

Proporcionar apresentações e palestras na unidade escolar sobre: Saúde, Higiene, Trânsito, Sexo, Drogas, Paz, Preservação Ambiental, aptidão as profissões.

Preparo de atividades diferenciadas nas datas comemorativas: junina, projetos e outros episódios que acontecem no ano letivo.

3.2.3 Objetivos específicos:

Valorizar o trabalho pedagógico; Incentivar os alunos e docentes a desenvolver atividades de grande importância.

Valorizar as práticas pedagógicas, incentivando os alunos a buscar novas

habilidades e novos conhecimentos.

Orientar os professores a fim de que através de projetos interdisciplinares desenvolvam gincanas, exposições e feiras do conhecimento.

3.2.4 Início: Janeiro 2017.

3.2.5 Fim: Dezembro 2019

3.2.6 Público alvo: Alunos, professores, comunidade escolar.

3.2.7 Recurso: Materiais diversificados (reciclável) Panfletos, pesquisas on-line, aulas expositivas e teóricas, palestras com especialistas. Verbas PDDE.

3.2.8 Responsáveis pela ação: Equipe Gestora e Pedagógica.

3.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

3.3.1. Metas:

Realizar a Gestão Democrática para 100% da comunidade escolar no período de 2016 a 2019.

3.3.2. Ação:

Instigar os professores a participar de cursos de formação. Para assim adequar a elevação da qualidade de ensino.

3.3.3 Objetivos específicos:

Proporcionar e organizar cursos e paradas pedagógicas para estudo e averiguação de conteúdos necessários e importantes do cotidiano.

Planejar com Conselho Deliberativo, APP, e Grêmio Estudantil e comunidade escolar a aplicação e prestação de contas dos recursos angariados pela escola.

3.3.4 Início: Janeiro 2016

3.3.5 Fim: Dezembro 2019

3.3.6 Público alvo: Direção, equipe pedagógica, conselhos escolares.

3.3.7 Recurso: Reuniões, palestras, materiais impressos, cursos específicos.

3.3.8 Responsáveis pela ação: Equipe Gestora e Pedagógica, APP, SDR e SED.

3.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

3.4.1. Meta:

Promover promoções juntamente com todos os segmentos da unidade escolar e da comunidade em geral para captar e fiscalizar as aplicações dos recursos financeiros.

3.4.2. Ação:

Captar recursos para o desenvolvimento das ações do plano, aplicando de forma responsável e com a participação das Entidades Democráticas os recursos do Programa Dinheiro Diretos na Escola - PDDE, cartão CEPESC.

3.4.3 Objetivos específicos:

Incentivar a busca de materiais que possam ajudar no desenvolvimento de projetos.

Buscar ajuda financeira na comunidade e parcerias com empresas para a realização atividades propostas para o melhoramento do ambiente escolar.

Promover eventos para captar recursos.

3.4.4 Início: Janeiro 2016

3.4.5 Fim: Dezembro 2019

3.4.6 Público alvo: Alunos, comunidade escolar e comunidade em geral.

3.4.7 Recurso: PDDE e cartão CPESC e recursos de eventos promovidos.

3.4.8 Responsáveis pela ação: APP, Conselho deliberativo, Equipe Gestora e Pedagógica.

3.5 DIMENSÃO FÍSICA

3.5.1 Meta:

Desenvolver parcerias com a comunidade e alunos em ações de preservação do

patrimônio escolar promovendo a participação de 90 % dos integrantes da comunidade escolar para preservar e valorizar o patrimônio escolar.

3.5.2. Ação:

Melhorar a organização do ambiente físico e mobiliário da escola. Rever e encaminhar para órgão competentes projetos de revitalização e ampliação da estrutura física da escola (salas, biblioteca, banheiro...).

3.5.3 Objetivos específicos:

Incentivar a busca de materiais que possam ajudar no desenvolvimento dos projetos.

Manter o patrimônio da escola em bom estado de uso e conservação;

Articular projetos de conscientização e preservação;

Incentivar a valorização do bem público.

3.5.4 Início: Fevereiro 2016

3.5.5 Fim: Dezembro 2019

3.5.6 Público alvo: Alunos, professores, representantes da comunidade em geral.

3.5.7 Recurso: PDDE

3.5.8 Responsáveis pela ação: Equipe Gestora e Pedagógica

4 AVALIAÇÃO DO PLANO

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática e participativa na escola.

A avaliação deste Plano de Gestão será feita no período de sua execução, de 2016 a 2019, deverá ser assegurado e verificado a sua a eficácia através do corpo administrativo da escola através de averiguações e avaliação do projeto a cada mês do ano letivo. Esse processo será feito pela equipe escolar que elegeram uma comissão que terá a responsabilidade de analisar e cobrar a efetivação dos itens do projeto, averiguar o seu real aproveitamento, debater os resultados, sugerir possíveis melhoramentos e verificar possíveis falhas na aplicação do mesmo e sugerir novos mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano foi elaborado com base na legislação e demonstra a opção teórica que rege as ações da escola. Assim sendo, esse plano colabora para o cumprimento das atividades da escola, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os educandos. Constatar que a gestão escolar é suma importância no processo de promover os objetivos educacionais e administrativos das unidades de ensino, realizando se necessários, o planejar, acompanhamento da teoria e da prática educativa escolar pedagógico.

O ambiente escolar é o ponto de encontro dos vários profissionais envolvidos na ação educativa. Dessa forma, o trabalho coletivo é capaz de articular os diferentes segmentos da escola e é fundamental para sustentar a ação da escola em torno de um projeto. O projeto aqui mencionado é a grande rota, traçada coletivamente que dá direção ao trabalho de todos que atuam no espaço escolar (docentes, funcionários, pais), e é construído a partir da contribuição de cada ser integrante pela reflexão conjunta.

É através dos debates que se podem alcançar novas ideias e informações. Dúvidas e incoerências que obrigam a refletir, ajudando a organizar o pensamento, reafirmar ou modificar posições. Esse processo torna as relações entre o trabalho de cada um mais claro para todos, onde ajudam a escolher práticas pedagógicas compatíveis com o que se pretende desenvolver na escola, ou na sala de aula.

Uma gestão escolar efetiva, precisa de um projeto que contemple a realidade na qual a escola está inserida, o seu público interno e externo, o processo democrático de tomada de decisão, a flexibilidade para alcance de resultados melhores, a coerência entre o discurso e a prática, bem como a coerência entre os documentos formais e as ações realizadas, o avanço no padrão de qualidade. Um sistema gerencial que possibilite a otimização de recursos e a identificação das competências organizacionais.

A gestão administrativa participativa tem por preocupação, valores que envolvem as relações humanas, e que busquem a democratização na educação; preparando e formando cidadãos críticos e questionadores, capazes de transformar a sociedade, a fim de mais justiça social. Para que todos tenham a oportunidade de opinarem e participarem ativamente do processo, em todas as suas dimensões.

Avaliar o plano de gestão, a execução das ações, é os objetivos de uma equipe organizada e comprometida em fazer cumprir as ideias expressas na proposta pedagógica da instituição. O trabalho de educar é de responsabilidade de todo profissional comprometido com suas obrigações e implica assumir a cargo de ser um personagem da história, formando cidadãos críticos, responsáveis, comprometidos para desempenhar seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, F. De - **Sociologia educacional**, Parte Terceira, Cap. I, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 6ª Ed, 1964.
- Arendt, H.- **On Revolution**, N.Y., Viking Press, 1965.
- BRASIL, Lei 9 394/96 de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, MEC. Brasília, 1997.
- LDB (**Leis de Diretrizes e Bases da educação**), Constituição Federal 1988, ECA (**Estatuto da Criança e adolescente**) **Proposta Curricular de Santa Catarina**.
- LIMA, Márcia Regina Canhoto de. Paulo Freire. **Administração Escolar**. Brasília: Líber Livro Editora 2007.
- MENDONÇA. F.W. **Formação continuada de professores e da equipe pedagógica: educar para a autonomia**, Joinville: ITDE, 2008
- MICHALISZYN, Mário Sérgio. **Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação**. Curitiba: IBPEX, 2008.
- MIRANDA, José Vicente. **Políticas Educacionais**. Curitiba: IBPEX, 2003.
- MONTESQUIEU - **De L 'Esprit Des Lois, Tomo I**, Livro Iv. Ed. Gamier *Cahiers 1716-1765*, Ed. Grasset.
- PARO,V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo:Ática, 1997.
- _____. **Eleição de Diretores: a escola pública experienta a democracia** Campinas:Papirus,1996.
- PPP, da EEB.Manoel Ribeiro. Monte Castelo, SC, 2016.
- SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2014.
- SACRIST'Án,J.G .**O que é uma escola para a democracia ?**,Pátio Revista Pedagógica, ano 2,n.10:57-62,agos/out.1999.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudança.**

São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

SAVIANI, D. - **Escola e democracia** , São Paulo, Ed. Cortez,1984.

STOLTZ, Tânia. As **Perspectivas Construtivistas e Histórico-culturais na Educação Escolar.** Curitiba: IBPEX, 2008.